

ESTADISTAS apontam para o crescimento de 1980. Mas a inflação continuará a crescer...

Em 1980, a inflação continuará a crescer. Mas a inflação continuará a crescer...

Emílio Gueireiro com Giscard d'Estaing?

SEGUNDO FORUMS apontam, não obstante a oposição de Gueireiro, Emílio Gueireiro...

Mike Moafield em Lisboa

O SENADOR AMERICANO Mike Moafield chegou a Lisboa...

Mário Pinto de Andrade em Lisboa

ENCANTADO por Lisboa, Mário Pinto de Andrade declarou...

Segundo congresso dos CRT

REALIZADO em LISBOA, o Congresso Nacional dos CRT...

FNLA opte-se à saída de Silva Cardoso

LIAM-SE a afastar para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

Regresso imediato para o exterior, os membros da FNLA...

FRANCISCO PINTO BALESTRÃO

FRANCISCO PINTO BALESTRÃO

FRANCISCO PINTO BALESTRÃO

Crise política em vias de solução parcial

apresenta para um Parlamento de 1976. O Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...

crise. Inconformados, os membros do Parlamento de 1976...



Para onde vai a esquerda portuguesa? O desafio do poder popular

José Diogo: Justiça e Poder Político - a hora do confronto

Desalojados de Angola: a longa espera

Bloco Portugal-Roménia assume posições firmes

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...

Um grupo de estudantes romenos...



Soares e Otelo — Encontro na 2.ª feira

ESTOCOLMO (especial para o EXPRESSO) — Segundo nos informou o secretário-geral do Partido Socialista Português, Mário Soares, as declarações de Otelo Saraiva de Carvalho, na passada quinta-feira, não reservam a Lisboa o fim de Cuba, impressionaram fortemente os dirigentes socialistas e social-democratas que já se encontram em Estocolmo para participarem numa reunião promovida pelo Primeiro Ministro sueco, Olof Palme.

Soares, que foi atacado por Otelo nas referidas declarações, escreveu uma carta particular ao comandante do COPCON e afirmou-lhe que tentará assistir-se com ele na próxima segunda-feira. Em sua opinião, as palavras do general Saraiva de Carvalho «não devem ser tomadas ao pé da letra, sendo necessário ver as coisas com calma». O secretário-geral do PS deu ainda a entender que as suas intervenções durante a estada em Estocolmo se notariam por um tom tranquilizante, procurando nomeadamente que os governos presentes não suspendessem os auxílios prometidos ou em curso a Portugal.

A reunião, cujo tema é o futuro do socialismo na Europa e a crise económica mundial, principiou ontem à tarde e prolonga-se por todo o dia de hoje. Soares volta a Lisboa amanhã, domingo.

Emídio Guerreiro com Giscard d'Estaing?

SEGUNDO FONTES normalmente bem informadas, o secretário-geral do PSD, prof. Emídio Guerreiro, poderá vir a ser recebido em audiência pelo Presidente Giscard d'Estaing no início da próxima semana. Emídio Guerreiro, que se encontra de visita a França, tem contactado com diversos políticos franceses, o último dos quais foi o Presidente do Senado, Alain Poher.

Mike Mansfield em Lisboa

O SENADOR AMERICANO Mike Mansfield chega a Lisboa amanhã, devendo partir na quarta-feira. Mansfield, que é o líder da maioria (Partido Democrático) no Senado, dedica-se basicamente para contactar a Embaixada dos EUA em Lisboa, não estando, por enquanto, previstos quaisquer contactos com autoridades oficiais ou com partidos políticos.

Mário Pinto de Andrade em Lisboa

ENCONTRA-SE em Lisboa, onde tenciona permanecer durante um período longo, Mário Pinto de Andrade, um dos líderes do grupo da «Revolta activa», dissidente do MPLA.

Segundo congresso dos CRT

REALIZA-SE AMANHÃ o 2.º Congresso Nacional dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, com a seguinte ordem de trabalhos: Informe do Secretariado Nacional; Análise da situação política, económica e militar; Formas de organização da classe para a tomada e exercício do poder (análise do Documento-Guia aprovado em Assembleia do MFA: a) Diadema do Proletariado e b) a questão do parasitismo dos CRTSM); Coordenação dos CRTSM e linhas gerais de acção; «Acção estratégica»; Tarefas imediatas; Reorganização dos órgãos dos CRTSM e eleições dos CRTSM.

Entretanto, ontem efectuou-se uma manifestação convocada pelo Secretariado Nacional, Provedor das Comissões de Trabalhadores, subordinada à palavra de ordem: «A classe operária deve marchar com as próprias pernas e aliar-se aos camponeses».

FNLA opõe-se à saída de Silva Cardoso

LUANDA (Especial para o EXPRESSO) — A capital de Angola, deixando ver uma calma aparente, recebeu esta manhã a delegação do conselho de revolução que se deslocou a Angola para avaliar a situação que aqui se desenrola. Integram-na o almirante Rosa Coutinho, o general Carlos Fabião, o brigadeiro Sacramento e o major Canto e Castro. A delegação esteve reunida durante todo o dia, principiando cerca das 11 horas por efectuar um estudo da situação militar no comando chefe das FAP. À tarde os delegados do conselho estiveram reunidos com a CCPA e mais tarde com o alto comissário.

Rumores insistentes para lá de notícias procedentes de Lisboa que garantiam ter o chefe do Estado português anunciado a breve retirada do general Silva Cardoso, corriam esta manhã em Luanda, em diversos círculos, especulando-se principalmente com a presença do almirante Rosa Coutinho que antecedeu o general Cardoso no cargo de alto comissário, antes de Alvor.

Em breve contacto com o general Silva Cardoso, subtemos que não havia, pelo menos com o seu conhecimento, até a este momento, nenhuma ordem de retorno em termos definitivos, a Lisboa, nem estava oficialmente prevista a sua exoneração do cargo que ocupa em Angola. O alto comissário confirmou, efectivamente, que deverá deslocar-se a Lisboa, logo que o presidente da república regressar de Heli-sínqua, presumivelmente no sábado. O general não escondia a sua preocupação quanto à situação que se observa actualmente neste país, adiantando que se sobrestancia importante que os responsáveis portugueses interpretem verdadeiramente os problemas de Angola e os entendam com realismo. Este aspecto — disse — neste momento parece constituir facto dado que estão entre nós elementos altamente colocados na hierarquia portuguesa.

A propósito da eventual retirada de Silva Cardoso de Angola o ministro N'Gola Kabangu, que interinamente assumiu o exercício da presidência do Colégio Presidencial, perante o impedimento de Johnny Eduardo, declarou que a FNLA se opunha a qualquer substituição do alto comissário sem consulta prévia aos três movimentos, dado que a atitude a ser tomada pelo governo português punha em causa o articulado dos acordos de Alvor que referem a nomeação do alto comissário com acordo maioritário dos movimentos de libertação. Kabangu disse a um jornal local que o general Cardoso se revelou até este momento digno da confiança dos angolanos e dos portugueses, não tendo possível apontar-lhe parcialidade ou falta de juízo na sua acção em Angola.

Quando interrogado frontalmente sobre a possibilidade após as consultas poder ser tomada alguma decisão que o impedisse de voltar a Luanda, o general Cardoso disse apenas que na qualidade de português e de militar tinha deveres a cumprir e nunca se desviaria das directrizes traçadas para o cumprimento desses deveres ou missão. Quanto a não regressar a Angola, era um problema que «neste momento preciso», não podia ser posto.

O Almirante Rosa Coutinho, contactado cerca das 19 horas à saída de uma reunião do conselho coordenador do programa das forças armadas, disse apenas que a comissão estava a trabalhar e não era de modo nenhum, possível, prestar quaisquer declarações.

Presume-se que o brigadeiro Sacramento e o major Canto e Castro regressem a Lisboa em avião militar, amanhã, domingo, informação de boa fonte garantia em princípio que Rosa Coutinho e Carlos Fabião devam ficar mais alguns dias.

O coronel paraquedista Heitor Almeida, comandante do COPLAD com quem tivemos curto diálogo, disse que não tinha conhecimento oficial de quaisquer alterações do seu comando, nem lhe havia sido dado conhecimento de possibilidades quanto a regresso a Lisboa do alto comissário. Disse apenas que aceitara o cargo que hoje ocupa das mãos do general Cardoso e que era evidentemente um militar que cumpria ordens e desempenhava uma missão específica.

NEVES



Jaime Neves ao EXPRESSO: «O "golpe" foi manobra de um determinado partido»

O CASO JAIME NEVES, "ajudado" dos "Comandos" da Amadora juntamente com outros oficiais e sargentos (maior Lobato Faria, Segundo Comandante, capitães Ribeiro Fonseca, Falcão, Ferreira da Silva e Mourão Nunes e o alferes Falcão e Costinho e o tenente Moreira) ocupou as primeiras páginas dos jornais de ontem, tendo sobre o mesmo sido emitido um comunicado através da Quinta Divisão do E.M.G.F.A. Por denúncia, locução, possível escândalo, detendo muitas dúvidas e suspeitos nos leitores, como admitiu um oficial do COPCON por não contactar. Procurámos, então, o coronel Jaime Neves, depois de haverem tentado, em vão esclarecermo-nos, também, junto dos, neste momento, responsáveis, no interior do quartel da Amadora. Jaime Neves dispôs-se a falar para o EXPRESSO, cujas declarações transcrevemos na íntegra, certos de contribuir para o esclarecimento deste intricado problema.

Afirmações de Jaime Neves

«ESTE "GOLPE" está absolutamente detectado, com firmeza como tendo dado por determinado Partido. Sabe-se que os três oficiais que o comandaram são próximos desse mesmo Partido. Teriam mobilizado certas forças civis, nomeadamente a Sorvante, as quais estariam prontas para se moverem a qualquer momento. Com essa intenção criaram um clima de insegurança e de tensão no quartel, principalmente entre as praças, espalhando uma ode de boatos, segundo os quais se ia tentar um golpe reacionário e daí teria sido contactado na Unidade por um oficial americano da CIA, e que tinha passado com essa intenção uma vistoria ao quartel, à noite, onde efectivamente passou com um capitão que se dirigia à "civ" e é pouco conhecido ali, pois apenas lá se encontra há cerca de 20 dias.

Ainda segundo esses boatos, a Unidade seria atacada pelo RALIS e PM, o que levou, efectivamente, as praças, a armarem-se, não sabendo a grande maioria o que é que se estava a passar.

O "golpe" foi manipulado por três oficiais, a que se juntou um quarto em segunda instância, sete furriéis e duas a três dezenas de praças. O efectivo da Unidade é de cerca de 850 homens.

Cronologia dos acontecimentos

O coronel Jaime Neves compareceu ao quartel da Amadora na quarta-feira pelas 21 horas. Cerca das 22 horas, o Segundo Comandante, Lobato Faria, telefonou-me para casa a dizer que passava uma certa tensão no quartel, grassando o boato de que se iria lançar um golpe reacionário de direita, etc. etc. Dirigi-me imediatamente para ali, trajando civilmente, e na companhia do cap. Falcão, também à civil, percorremos todas as casernas e dependências da Unidade. Parte do pessoal encontrava-se já a dormir e com os que ainda estavam a pé, troquei palavras, deslocando o boato que, efectivamente, pairava na Unidade.

Na quinta-feira (11/7) fui ao quartel depois de haver identificado dois oficiais como "origens" desse boato, tendo recomendado ao oficial de serviço uma vigilância especial sobre o quartel e "especialmente sobre aqueles dois oficiais que estariam na origem dos boatos. Notei, no entanto, a presença de um terceiro oficial, no terreno "cívico" do "golpe" na Unidade, o que não traivaria; Perguntei-lhe a razão de sua presença ali, ao que ele respondeu que tinha razões familiares para o fazer. O Segundo Comandante, Lobato Faria, achou por bem dormir na Unidade.

«Cerca das 4 da manhã fui avisado pelo telefone, pelo segundo-comandante Lobato Faria, que ele próprio se encontrava preso na

Unidade juntamente com alguns oficiais e que os militares estavam todos armados, nos quais tinha sido dada ordem para que fosse retirada a minha estada ao quartel, e aconselhando-me, ao mesmo tempo, a não vir ao quartel. Imediatamente segui para a Unidade e passei uma movimentação e aparato bélico idênticos. Ao chegar à Porta de Armas, chamei pelo sargento da guarda (depois de haver verificado uma certa contração de recuo, nas praças), que do interior me disse que tinha ordens para não me deixar entrar.

Perguntei, então, quem mandava no quartel e uma praça, por detrás do sargento da guarda, respondeu-me que mandavam todos. Riposte-lhe que "não podia" ser. Surgiu, entretanto, um capitão que media "se não ser o chefe do "golpe" mas ser o oficial mais antigo presente e estaria, portanto, a tomar conta, situação. Informo-me também que estaria para chegar o General Otelo Saraiva de Carvalho. Ainda que tivesse notado um certo encolamento do interior, que poderia originar um contra-golpe, achou por bem desistir de qualquer tentativa e aguardar a presença do General Otelo. Na realidade, chegou cerca de um quarto de hora depois, trocou comigo breves palavras; penetrou no quartel junto à casa da guarda, onde se manteve cerca de 15 minutos com um grupo de vinte e cinco a trinta militares. Ao sair, disse-me que eu teria perdido a confiança dos meus homens. Riposte-lhe que não acreditava. Poderia per, perdido, sim, a confiança daquela minoria, mas não da grande maioria da Unidade. O General Otelo Saraiva de Carvalho disse-me ainda que se realizaria um plebiscito na Unidade, onde nós, os afastados, teríamos assento e poderíamos discutir o problema. Tal não aconteceu ainda que eu tivesse perguntado pelo telefone, lá para dentro, se de facto se realizava o plebiscito e se eu

Continua pag. 16

“Otelo, senhor do processo, tudo esclarecerá na segunda-feira”

Continuação da p. 1
 podia assistir. Foi-me dito que eu não iria a qualquer plenário.

Os mentores do «golpe»

“Quero dizer, continuou Jaime Neves, que dos três oficiais mentores do “golpe”, o seu padrão moral é o seguinte: um deles tem um processo em que é responsabilizado pelo desvio de 52 mil escudos ocorrido na Guiné; outro já devia ter passado à disponibilidade, há cerca de dois meses, mas está retido na Unidade com processo pendente que o responsabiliza pelo desvio de algumas dezenas de contos desaparecidos da Unidade em material Auto; o terceiro é um oficial a quem eu se insuazir um processo militar por ter informado um elemento do COPCON (o aspirante Anjos que o ano passado foi preso por ocasião da greve dos CTT), de determinadas frases que eu e um camarada de outra Unidade que comigo almocou, preferimos na sala de oficiais, sala que por tradição militar foram sempre lugares onde dizíamos o que nos apetecia sem quaisquer perigos. Via agora que na minha Unidade estava instalado um sistema de informação, tipo piónce, para o COPCON.

“Acredito, sinceramente, segundo me foi dito pelo Chefe do Estado-Maior do mesmo, que tal seja do desconhecimento dos responsáveis do COPCON. A verdade, porém, é que existe.

Um quarto oficial de menor relevância no desenvolvimento do golpe mas a ele ligado, logo a seguir ao “golpe”, a primeira atitude que teve foi de ir ao chefe da Secção de Justiça da Unidade que lhe entregasse um processo por homicídio que tem pendente, a fim de o rasgar.”

Sequência dos acontecimentos

“Cerca das 6.30 h, continua o coronel Jaime Neves, recebi ordem do General Otelo Saraiva de Carvalho para juntamente com os oficiais e sargentos propostos para abandonarem a Unidade, irmos para o Estado-Maior do Exército, onde actualmente nos encontramos.

Fiquei bastante surpreendido ao ler o comunicado da 5.ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas pois ele é absolutamente incorrecto nos seguintes pontos:

1.º Não houve qualquer plenário em que fosse votada a nossa saída da Unidade. Houve, sim, um curto plenário, bastante turbulento,

segundo me foi dito onde foi votado se deveríamos estar ou não presentes nesse plenário.

2.º Onde se refere que a quase totalidade dos militares da Unidade estaria presente no plenário é falso, pois só cerca de cinquenta por cento dos efectivos (quando muito) se encontravam ali.

3.º Não é verdade que tenha havido qualquer intervenção da minha ou da Unidade em não aprovar a execução do Plano de Apoio na ligação POVO-MFA, pois o mesmo foi objecto de um plenário na Unidade, tendo ficado decidido dar execução imediata ao mesmo. Desde a minha pessoa até ao último dos soldados houve um total apoio em bases absolutamente definidas e apartidárias.

Houve, na realidade, um primeiro adiamento da Assembleia Popular da Amadora previsto para o último sábado, o que se verificou um pouco sobre a hora prevista por razões que eu apresentei aos elementos presentes do GDU da Unidade, que concordaram plenamente com os meus pontos de vista. Efectivamente, não podia ter sido dada uma explicação profunda a todo o público da Amadora das razões do adiamento, as quais foram, porém, posteriormente transmitidas quer à Junta da Freguesia, quer à Comissão da Assembleia e fim de as fazerem chegar a todas as Comissões. Essas razões foram absolutamente aceites por aquela Comissão.

A situação, entretanto, evoluiu e posso dizer que actualmente todos os oficiais do Quadro Permanente da Unidade Complementar bem como todos os sargentos do Q.P. e cerca de metade dos sargentos presentes na Unidade do G.C. apresentaram ao General Otelo Saraiva de Carvalho a seguinte posição: ou saem imediatamente da Unidade ou três oficiais mestres do golpe com um procedimento disciplinar ou então saem todos eles.

Foi, entretanto, determinado pelo general Otelo Saraiva de Carvalho, que, na próxima segunda-feira, pelas 10 horas se realizaria um plenário de toda a Unidade em que estarei eu também presente, juntamente com os oficiais e

sargentos afastados e onde o general Otelo Saraiva de Carvalho, já conhecedor do processo que desenrolou este golpe, trará ao de cima toda a verdade.

Quero frisar que houve efectivamente maquinação de um determinado Partido, maquinação essa que levou a este "golpe".

Note que, cerca de uma hora antes de me ter sido comunicado que a acção ("golpiata") se havia efectuado, outro Partido me informou de uma moção de total apoio ao meu comando, moção que estranhei efectivamente e me levou a concluir que algo de estaria para passar.

Quero ainda dizer que seria bastante fácil para mim e para os oficiais e sargentos afastados tentar um contra-golpe, de onde sairíamos vitoriosos com certeza, mas obrigaria ao emprego de meios violentos que, sem a altura, trariam consequências desastrosas para o país, nomeadamente um possível abandono imediato de Angola, pelas nossas Forças Armadas, abandono cuja ameaça já se processou.

Como militar não concordo efectivamente com este processo de revelar por intermédio dos órgãos de informação a veracidade dos factos, mas é a única maneira que tenho de informar os militares que comandeio, pois foi-me vedada a entrada na Unidade e o contacto com os mesmos e é a única forma que me resta de esclarecer o público português da realidade dos factos.

Como apontamento final, quero dizer que eu e os oficiais e sargentos afastados da Unidade e praticamente toda a Unidade, estamos convictos de trilhar o caminho certo na verdadeira defesa dos interesses de todo o povo português e das suas ansiedades, inclusive dos colonos que tão duramente têm sido agredidos (quer o povo, quer estes) pela maioria dos órgãos de comunicação social.

Estamos prontos prontos a ser julgados, se necessário, pelas faltas de que nos acusam.

Reata-nos a solidariedade que nos tem sido dada desde Unidades completas a variados níveis militares e civis que efectivamente são um conforto e mais nos convencem

que estamos no verdadeiro caminho".

Salgueiro Maia com Jaime Neves

O CAPITÃO Salgueiro Maia, 2.º comandante da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, uma das unidades afectas ao COPCON, voltou a vez o nomeciado na Imprensa dada a sua presença, na quarta-feira, no Regimento de Comandos da Amadora, onde esteve em contacto com Jaime Neves.

No entanto, o relacionamento do nome de Salgueiro Maia com Jaime Neves mais não origina do que provocar uma certa onda de especulações em redor destas duas controversas figuras do Exército português, sem que se adiantasse algo de concreto.

O EXPRESSO tentou, como aliás é seu hábito, ir mais longe na procura de elementos susceptíveis de clarificar a posição de Salgueiro Maia adentro do contexto que provocou a crise no Regimento de Comandos da Amadora, que culminou, em princípio, com o saneamento naquela unidade igualmente dependente do Comando Operacional do Continente, dos 1.º e 2.º comandantes, ou seja o coronel Jaime Neves e o major Lobato Faria, para além de mais sete oficiais e quatro sargentos.

Pôde assim o nosso jornal informar de fonte fidedigna de que:

1 — O capitão Salgueiro Maia vem com frequência a Lisboa (pelo menos uma vez por semana) e pernoita, por norma, ou no RALIS ou no Regimento de Comandos, consoante a oportunidade dos seus afazeres militares lhe permitem. Para além

disso, Salgueiro Maia desloca-se também com assiduidade ao Regimento de Polícia Militar e, pelo menos ao Estado Maior do Exército, independentemente de visitar uma ou outra unidade indispensável para a resolução de problemas que traga pendentes da sua unidade.

2 — Foi dentro deste princípio que o 2.º comandante da Escola Prática de Cavalaria alçou a sua passada 4.ª feira no Regimento de Comandos, pois trazia em agenda alguns assuntos que convinha ali esclarecer. Um deles, segundo, nos disseram, relacionava-se com o ambiente algo tenso que se detectava já naquela importante unidade; depois Salgueiro Maia teria convenientemente evitado-se ou contactar telefonicamente certas personalidades a fim de saber o que se estava a passar. Duas dessas personalidades seriam o major Tomé da PM e major Dinis de Almeida, do RALIS; nessa quarta-feira Salgueiro Maia havia estado de oficial de dia na sua unidade, tendo saído de Santarém por volta das 10 horas da manhã e chegado a Lisboa cerca das 11,30 h.

3 — É na sequência dos acontecimentos relativos que Salgueiro Maia alçou na Amadora com Jaime Neves. Depois do almoço o coronel Jaime Neves ter-se-á deslocado ao Estado Maior do Exército a fim de tratar de alguns problemas — entre eles, sabemos, o da posição assumida por parte dos jornais portugueses e outros meios de Comunicação Social, ao criticarem a acção de tropas esquadras e da PM em Angola, e o facto de se ter acordado que se houvesse necessidade de tropas portuguesas terem de embarcar para Angola o fariam em idênti-

cas situações de venciamento. Ora acontece e que neste momento se encontra naquela colónia uma companhia de para-quadristas a receber «ajudas de custos» enquanto os «comandos» não recebem dessas regalias.

4 — Enquanto Jaime Neves tentava a abordagem destes problemas no EME, Salgueiro Maia demandava o Grupo de Dinamização do Exército, a funcionar no mesmo edifício e lá se terão encontrado ambos com o general Carlos Fábila, com quem o oficial da EPC terá trocado impressões sobre a sessão que decorria pouco depois com o Conselho da Revolução.

5 — Foi esta a última vez que Jaime Neves e Salgueiro Maia terão estado juntos, pois enquanto aquele se dirigia à sua unidade, este deslocava-se ao COPCON, no Forte do Alto do Duque. Portanto quando o «Diário de Notícias» assinala que Salgueiro Maia teria voltado ao Regimento de Comandos no dia seguinte (quarta-feira) já-lo segundo fontes próximas do visado, «dentro de uma campanha mal orquestrada e muito vista que já vem de longa».

6 — Deste modo, e de concreto, Salgueiro Maia encontrou-se com Jaime Neves e (de passagem) com o major Migueлина Simões, entre as 12 e as 15 horas de quarta-feira. E só. A partir daí Salgueiro Maia, sozinho, foi visto a entrar para o Palácio de Belém, onde esteve no CR, e esteve no COPCON e na PM.

7 — Sabemos que Salgueiro Maia é amigo de Jaime Neves muito antes do 25 de Abril e consideramos a figura alçado comandante do RC como um homem que não é reacionário,

que não áctua contra o MPA e que é incapaz de trair e que, por tudo isso, Salgueiro Maia estará solidário com ele, embora desinteressado deste processo ocorrido na Amadora.

8 — Quanto aos acontecimentos propriamente ocorridos ao Regimento de Comandos — e apesar do EXPRESSO se explicar noutro local — conseguimos ouvir que o capitão Salgueiro Maia os teria considerado como decorrentes de uma acção política de determinadas forças — vide nos jornais o ótiro comunicado do CDR da Sorefama acerca das ocorrências que esturaram na sombra um golpe de mão tanto mais estranho e censurável quanto é sabido funcionarem as unidades militares democraticamente através das Assembleias de Delegados (nas quais as próprias «preças» são maioritárias e podem decidir que uma pessoa não interessa e, claro, lá se vá).

9 — Nesta perspectiva, se as decisões são maioritárias os golpes de mão se se verificam, é porque têm objectivos demarcados, concertados, pensado-se, em círculos fechados a Salgueiro Maia, que neste caso estamos em presença de um golpe que terá intenção de reforçar determinadas posições ou pressionar outras em vias de ser tomadas.

10 — Entretanto sobremos, por fim, que só provavelmente na próxima segunda-feira do este processo deverá ficar devidamente esclarecido, não sendo de excluir a hipótese de os acontecimentos terem sido desmascarados dentro de determinada política e posteriormente forças com outra coloração sejam tentado, com resultados altamente duvidosos, o seu aproveitamento.

Bloco Portugal-Roménia assume posições firmes

HELSINKI — O CONTEC-CIOSO Europa dos Nove aversas Portugal (Caso República, produtividade decrescente em firmas inglesas e alemãs estabelecidas no nosso país, rumo do processo político em curso, liberdades individuais — especialmente a de informação — e ainda o Pacto pré-eleitoral e o papel dos partidos) foi exposto ao general Cosia Gomes no decurso de encontros que teve, na manhã e tarde de ontem, com Harold Wilson e James Callaghan pela Inglaterra, com Helmut Schmidt, Chanceler alemão, e ainda com o Primeiro Ministro holandês.

Olof Palme, que parece decidido a evitar, para além de Mário Soares, a opinião dos militares portugueses, enviou para a chegada a Estocolmo do secretário-geral do PS um dos membros da sua comitiva em Helsinqui, mas mostrou-se mais interessado em contactar Cosia Gomes que, digam-se de passagem, foi alvo de pedidos de encontro por parte dos líderes da Finlândia, Espanha, Reino Unido, Roménia, Checoslováquia, Suécia, Bulgária, Jugoslávia, Alemanha Federal e Holanda.

O Chefe de Estado português respondeu a todas as questões levantadas e atribuiu à crise governamental o atraso na promulgação do Código de Investimentos Estrangeiros, falado por Vasco Gonçalves, quando em 28 e 29 de Maio se deslocou a Brasília. Do seu encontro com Schmidt, o Chefe de Estado português referiu as próximas eleições para as autarquias locais e para a Presidência da República. O ministro da Defesa Oeste alemão foi convidado a visitar Portugal e, se bem que, porta-vozes das duas partes tenham alegado quaisquer referências, nas conversações havidas, à Base de Beja, o certo é que tal assunto não pode deixar de figurar na agenda dos trabalhos do futuro visitante.

Visitas mútuas de dirigentes dos países da Europa de Leste «recalcitrantes» — Jugoslávia e Roménia — foram ventiladas durante os encontros com Tito e Ceausescu e, sobretudo, durante o almoço com este último.

A questão da unidade sindical foi de novo levantada pelo Chefe de Governo holandês. Costa Gomes esclareceu.

Com Arias a só e com Ceausescu bem acompanhado

Fontes espanholas garantiram ao enviado do EXPRESSO que Arias Navarro só tinha uma questão a colocar: para onde iria Portugal?

Informadores oficiais do Governo de Lisboa garantiram que apenas haviam sido tratados problemas «de boa vizinhança», com todas as implicações que esta vaga expressão diplomática pode ter.

Não se sabe se o Chefe de Estado português terá devolvido a pergunta ao ministro de Franco.

Quanto à Roménia, é bom que se diga que a delegação portuguesa à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) esteve sempre sentada, antes e depois do 25 de Abril de 1974, por imperativos da ordem alfabética, entre os enviados polacos e romenos; e, nesta «Maia» da CSCE — como é chamada nas esferas diplomáticas devido aos bons entendimentos obtidos entre delegados que defendem concepções contraditórias — nasceu o «Bloco Portugal-Roménia» que assumiu, quanto aos problemas mediterrânicos e sobretudo no que diz respeito aos países subdesenvolvidos, uma posição muito firme. A delegação portuguesa desenvolve, quanto ao último tema citado, uma actividade intensa.

Por estranho que pareça, até à tomada de posse de Melo Antunes, não houve ministro dos Negócios Estrangeiros português que se tivesse interessado seriamente pela Conferência; e, quanto a nós, já lá vão três, desde o início dos trabalhos que hoje culminaram com a assinatura do acordo final: Rui Patrício, Mário Soares e o titular da chefia da diplomacia portuguesa até à última crise governamental, Vasco que se ocupou detalhadamente com a preparação desta «Cime-

Do nosso enviado

João Isidro

ra» de 33 líderes mundiais. Portugal apoiou também a proposta romena sobre o texto versando o «não recurso à força».

Contactos humanos

A mais dura espinha de engo-

lir, no ponto de vista de Brejnev, foi a da liberalização dos contactos humanos através das fronteiras (agora «inviáveis») da Europa. Depois de ter visto as ditas reconhecidas no seu estado actual, teve de pagar com os «contactos humanos» e outras liberalizações acordadas o preço político da consagração final do

Continua p. 16

Protelada para as "calendas" a ajuda dos Nove a Portugal

Continuação pág. 1

que se diz ter sido o Tratado secreto de Yalta.

A regra do consenso ditou, à primeira vista, uma «Grândola» dos acordos multilaterais: «os pequenos são quem mais ordenam». Atendendo ao facto de Malta ter boicotado a Conferência em vésperas da Cimeira e durante 48 horas a fio, até podia acreditar-se que sim; mas as decisões dos «grandes» continuam a gozar de grande prestígio. — Pensem...

Portugal teve sempre, antes e depois do 25 de Abril, uma posição algo cautelosa no que diz respeito à questão dos «contactos humanos». Antes, por razões que o fascismo bem conhecia; depois, devido à necessidade de não incomodar amigos do Leste e de recente data.

Quem não perdeu tempo a agarrar de mãos ambas (ou luvas, devido à cautela usada) as oportunidades oferecidas pela «regra do consenso» foram os países da Europa de Leste que, à excepção da Bulgária e Hungria — mais brandas quanto aos assentos de se verem livres da tutela política de Moscovo — começaram a basar-se pela sua independência nacional. A Checoslováquia e a República Democrática Alemã foram «as pioneiras», e não perderam uma só oportunidade.

Da (in)segurança europeia...

NÃO foi de estranhar que a primeira voz contestatória no clima de amizade e entendimentos reinante na assembleia tivesse sido a de um país situado na área mais

agitada do continente: a Costa do Mediterrâneo.

Depois de um Wilson que citou, de Winston Churchill, a «Cortina de Ferro», de Atlee, a mútua cooperação ou morte mútua de Brezhnev, a «determinação em prosseguir... não só na via do desanviamento... mas também, a longo prazo, da cooperação», o discurso de Konstantin Karamanlis foi «balde de água fria». Também não faltaram as citações: de Platão e Tucídides («helenismo obrig»). Mas para provar exactamente o contrário da intervenção de Wilson, pelo menos na parte que disse respeito ao optimismo quanto à aplicação das recomendações.

Ouvindo falar Karamanlis, parecia que o «leider» grego tinha sido «contagado» pelas teses dos seus vizinhos albaneses sobre a conferência que «nem é de segurança, nem europeia, e muito menos de cooperação», razão pela qual tirou se absteve de participar em quaisquer trabalhos da CSCE. Mas os motivos eram bem outros: o caso de Chipre (Cyprus), que, embora signatária de textos em que expressamente citou consignadas a «estabilidade das fronteiras» e a «não ingerência nos assuntos internos de outros países», a Turquia interveio militarmente na República de Makarios.

Para além das implicações do caso cipriota, Karamanlis levantou, de novo, um problema que constitui o calcanhar de Aquiles de todos os entendimentos internacionais, revistam eles ou não a forma de tratados: a posição do infractor. No caso desta conferência, a má fé na aceitação das regras do jogo, contidas nas recomendações.

«Os povos dos nossos países... sentir-se-iam muito mais satisfeitos se, paralelamente à formulação dos princípios contidos no acto final, tivessem sido previstas sanções apropriadas em casos de violação», afirmou Karamanlis.

...à (maior?)

Segurança portuguesa

Um aspecto provavelmente positivo a registar: a declaração solene quanto à não ingerência nos assuntos internos e quanto ao repúdio do uso da força, impede, nos tempos mais próximos — e a bem do mínimo decoro e infimo respeito pela opinião pública mundial — que seja em breve pensada qualquer intervenção militar estrangeira em Portugal. Desse ponto de vista, Portugal é, também, um teste...

A celeuma provocada pela questão cipriota serviu para, em certa medida, obnubilat o «problema português» discutido nos bastidores. Resta saber se, como muitos jornalistas aqui pensam, os meros encontros entre Gerald Ford e Brezhnev podem vir a decidir o futuro do nosso país, que com a Roménia, é uma das «velhas negras» dos blocos militares em que a Europa se divide.

De qualquer forma, os assaltos a sedes de partidos ultimamente verificadas, tal como as questões suscitadas pela formação de Governo em Lisboa, têm sido seguidas aqui com uma atenção pouco habitual, atendendo às repercussões, por vezes só regionais, de certo tipo de manifestações. O discurso de Vasco Gonçalves no encerramento do congresso da Inter sindical foi considerado a gota que fez extravasar o vaso da desconfiança da Europa dos Nove que passou à atitude de boicote não declarado — porque outro não foi. O balanço da conferência de imprensa de Wilson, na tarde de anteontem: mais perguntas sobre Portugal do que sobre a Inglaterra, dado que o primeiro-ministro britânico tinha estado a falar, no almoço com Ford, Schmidt e Giscard, no caso português que, tal como o cipriota, tinha também constituído a ordem de trabalhos do anterior encontro de «líderes» do Mercado Comum.

Por outro lado, Arias Navarro terá prometido a Helmut Schmidt que a Espanha terá em breve um governo representativo de um largo leque de forças políticas, e disse estar disposto a «abrir» o seu «associativismo» à oposição, só deixando de fora «comunistas e terroristas» (sic). A súbita compreensão atemá para com o franquismo coincide com os «recessos» pela democracia em Portugal e é sintomática do «periar» do cerco. Finalmente obido pelos Estados Unidos, que, numa primeira fase, «não» tinham conseguido «convencer» os «Noves» a

assumir uma posição mais enérgica. E, bem vistas as coisas, Schmidt sabe muito bem que Franco, longe de legalizar, em blocos, correntes oposicionistas moderadas, aceita o «bluff» acaba por dar razão ao «liberal» Giscard que tem sido, no âmbito do Mercado Comum, o seu adversário da ajuda a Portugal. Neste momento, em vez de se liho por prestações inicialmente previstas, os «Noves» decidiram protelar para as calendadas ajuda financeira, ao mesmo tempo que repetem, através de diversas fontes: «Como podemos incitar os nossos empresários a investir em Portugal se o próprio primeiro ministro fala em abolição da propriedade privada?»

Jornalistas americanos de imprensa não ligados ao governo de seu país compararam a actual campanha em curso nos meios de comunicação social dos Estados Unidos quando falam de Portugal com a que antecedeu a que de Allende, no Chile.

E a concessão de empréstimos, tendo em vista considerações de ordem política interna não é, enfim, no pensar do portador dos «equívocos» — Harold Wilson — qualquer ingerência.

A França em questão

Giscard foi claro: «Esta interferência reúne, antes de mais, os europeus e diz respeito, fundamentalmente, à Europa». Acta piada indirecta, Ford respondeu, na manhã de ontem, com a lógica das «grandes potências» interessadas e ainda com as afinidades culturais entre o novo e o velho continente.

«A História ensina que a manutenção do equilíbrio é uma condição necessária para o progresso do desenvolvimento, que só ela permite o estabelecimento de um indispensável clima de segurança», disse ainda Giscard, que mais uma vez provocou os americanos e ingleses na medida em que não só anunciou a França prosseguirá «os meios que a si própria impõe para assegurar a sua defesa independentemente como nem sequer interviu as conversações sobre redução dos armamentos atômicos e os esforços americanos soviéticos pela não proliferação de armas nucleares.

Sobre este último problema Wilson foi ainda desta vez, vez mais fiel do que Washington pensa, e nem a proliferação de instalações nucleares para os pacíficos ligados à produção de energia escaparam aos olhos desconfiados do primeiro-ministro britânico. Mas a França, sempre terrível na última fase das conversações, em que mandou «urgidas» a solidariedade atômica, continua a não fazer caso de tratados sobre não proliferação, e, ao que parece, já pediu a Schmidt, prepare-se para falar «missis nucleares» («Plutón» em território de manhã Federal.

Semana Nacional

Crimes da PIDE não prescrevem

OS RESPONSÁVEIS directos pela criminoso acção das polícias políticas PIDE e DGS serão passíveis de punição que oscila entre os dois e os dois anos de prisão, segundo a lei 8/73 agora publicada. Incluem-se na categoria de delinquentes directamente sob a alçada das novas medidas legislativas os membros do ex-governo estreitamente ligados àqueles organizações (presidente do Conselho de Ministros e ministro do Interior), os funcionários superiores e auxiliares até chefe de brigada, inclusive, os médicos e professores colaboradores, os informadores, denunciadores e aproveitadores, tanto como pessoas singulares como colectivas.

A lei que servirá de base ao julgamento dos pides e seus afins abrangue toda a época repressiva iniciada em 1926 e considera que tais crimes contra o povo são imprescritíveis, isto é, não deixam de ser puníveis após um lapso de tempo mais ou menos longo, como acontece com vários delitos comuns perseguidos pelo Código Penal.

Delegados do MPLA pedem substituição do Alto-Comissário

TRÊS RESPONSÁVEIS militares do MPLA avistaram-se em Lisboa com o general Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho e com outros elementos do Conselho da Revolução, a quem apresentaram uma exposição referida aos mais recentes incidentes em Angola.

Entre os pontos apresentados como a ter em conta pelo MPLA para a solução de uma situação que já passa por momentos entre militares portugueses e tropas do MPLA, salientava-se o pedido de substituição do alto-comissário português no país, general Silva Cardoso, a quem seriam imputadas responsabilidades na grave crise político-militar que se vive em Angola. Não foi tomada pública qualquer decisão do CR quanto a este encontro em si mesmo, mas o brigadeiro Sacramento Marques estaria indignado para uma missão junto do representante do governo em Luanda.

Bombas de gasolina em greve progressiva

OS POSTOS revendedores de combustíveis entram em greve progressiva, com o encerramento de duas horas na manhã de quarta-feira que prosseguirá, aumentando uma hora por dia, nos dias seguintes.

Na base da greve das bombas de gasolina estão as reivindicações salariais, já consideradas legais pela Secretaria de Estado do Trabalho que em comunicado, chama a atenção para "os precedentes históricos do Chile" onde a reacção e o imperialismo tentaram o sector dos transportes "para destruir o processo revolucionário".

Entretanto, foi constituída uma comissão arbitral que decidirá a justiça das reivindicações e apreciará o litígio, propondo soluções por via administrativa. Integram esta comissão vários representantes sindicais e governamentais, em colaboração com a Direcção Geral dos Combustíveis.

Trabalhadores públicos pela redução do leque salarial

OS TRABALHADORES da função pública, através das comissões directivas da sua Organização Sindical, apresentaram ao governo uma proposta de congelamento de salários acima dos 12 mil escudos, e pelo princípio de greve, a redução do leque salarial. O documento foi entregue ao secretário de Estado da Administração Pública e, durante as negociações, a comissão interministerial encarregada de estudar o assunto apresentou uma contra-proposta considerada insatisfatória pela classe. Duas outras propostas oficiais foram também rejeitadas pelos trabalhadores públicos, por não contemplarem as reivindicações mínimas que defendem e ficou estabelecido que as partes interessadas apresentarão brevemente a fundamentação das posições que enformam as respectivas propostas.

Libertação do médico do Tarrafal

O MÉDICO Esmeraldo Pratas, que durante anos esteve encarregado pelo regime fascista de "passar certidões de óbito" no campo de morte do Tarrafal, foi libertado por decisão judicial tomada pelo juiz Henrique Matos.

Um carregado coro de vozes protestaram contra a decisão do magistrado, lembrando que o médico Pratas é o responsável por numerosas mortes de prisioneiros políticos antifascistas no Tarrafal, a quem negava sistematicamente assistência e retinca-na não estar ali "para curar pessoas mas para certificar óbitos".

Eleições no Sindicato dos Jornalistas

OS COMPONENTES das duas listas que vão disputar, no dia 12, as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas foram já mencionados esta semana e integram-se em duas correntes que defendem, respectivamente, "a informação em defesa das massas trabalhadoras e contra a manipulação partidária" e "por um jornalismo ao serviço do povo".

A primeira é constituída pelos profissionais Adelino Cardoso, Alberto Carvalho, Acácio Barradas, Gomes Bardeia, Arêlino Rodrigues, José Luciano, Orlando Raimundo, Maria Arminda Reis, Celário Borges, Mota Pina e Célia Carvalho. Da segunda lista fazem parte, também nos cargos propostos para a Direcção efectiva, os nomes de Mário Contandinas, Santos Ribeiro, Ferreira Figueiredo, Rui Pimenta, Mendes Pedro, Alípio Mourão, Ferreira Bravo, Joaquim Gaio, Matheus Boaventura, Freire Antunes e Lobo Perental.

Assaltada no Porto a delegação do «República»

CINCO indivíduos não identificados assaltaram a delegação do Porto do vespertino "República", mantendo uma empregada e iniciando uma tentativa de fogo posto.

Os assaltantes utilizaram o artifício de pedir um exemplar de jornal para consulta, pelo que a empregada o foi procurar a outra dependência. Quando regressou ao sala principal, os desconhecidos agrediram-na até ao desmaio, lançaram fogo à dependência e fecharam a porta. A funcionária agredida reagiu pouco depois e pediu auxílio, atalhando o que poderia ter sido um grave incidente com homicídio premeditado.

Entretanto, os trabalhadores do jornal, reunidos em plenário, consideraram e repudiaram vivamente a tentativa criminosa e exigir das autoridades a punição severa dos culpados.

Sindicância à Comissão Regional de Turismo do Algarve

APOS a Comissão Administrativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve (CRTA) ter decidido, sem a devida autorização do Sr. Governador Adjunto, dar por findos os serviços que um dos 41 trabalhadores daquele organismo prestava na situação de eventual, registou-se grande movimentação dos trabalhadores da CRTA, que levou à eleição, em RGT, de uma nova comissão de trabalhadores.

Para além disso, os trabalhadores decidiram solidarizar-se com o seu colega, exigindo um inquérito rigoroso para apurar a verdade e a justiça, e criticando a actuação da actual comissão administrativa bem como a deficiente administração da CRTA. Por outro lado, e alegando que já em Julho de 1974 se haviam levantado dúvidas sobre a boa administração da CRTA, requerem que seja levada por diante a sindicância ao organismo que nessa altura foi requerida.

As decisões dos trabalhadores foram comunicadas às autoridades locais, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução, à 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, ao Ministro da Administração Interna, ao Secretário de Estado e ao Director-Geral do Turismo, à Comissão Interministerial de Gestão de Pessoal e à Comissão Central Pró-Sindicato da Função Pública.

Sousa, Marcelo Rebelo de

"DOIS PODERES surgiram no país no decurso da revolução: o governo provisório eleito pela Duma de 3 de Junho e o Soviete dos Deputados Operários e Soldados, eleito pelos operários e pelos soldados.

As relações entre esses dois poderes tornam-se cada vez mais tensas, a colaboração que antes existia entre eles desaparece, e seria criminoso da nossa parte dissimular esse facto.

A burguesia foi a primeira a formular o problema da dualidade do poder, a primeira a formular o dilema: o o governo provisório, ou o Soviete dos Deputados Operários e Soldados. Não seria correcto da nossa parte eximir-nos de dar resposta a uma pergunta formulada com clareza. Os operários e os soldados devem dizer de modo claro e preciso qual é o seu governo: o governo provisório ou o Soviete dos Deputados Operários e Soldados?"

(José Estaline — discurso proferido num comício na ilha de Vassilievski, a 18/4/1917).

Na madrugada do dia 10 de Julho, a saída dos membros socialistas do Governo abriu o mais longo período da crise política verificado depois de 25 de Abril de 1974.

Uma das facetas dessa situação de crise era a tensão gerada em torno da recomposição do Governo Provisório. Vale a pena fazer a já longa história dessa odisséia à procura de um Governo, por natureza efémero.

É já possível periodizar este tempo de três semanas. Num primeiro momento, que dura até ao dia 16, a incerteza (relativa) acerca da posição do PPD abriu a perspectiva da manutenção de um Governo de coligação partidária.

Depois de 16 a 19 (que corresponde ao fim-de-semana agitado), vive-se uma fase durante a qual existe ainda em muitos sectores políticos — e a começar no Primeiro-Ministro — a convicção de que a fórmula a prosseguir é a de um Governo de Unidade Nacional, em que poderiam participar militares dos 4 Partidos anteriormente membros da coligação-base do IV Governo.

De 20 a 26, sparros e gansos força a sugestão — feita do encontro de Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho — segundo a qual o Comandante do COPCON seria Vice-Primeiro-Ministro, conjuntamente com um civil.

Nesta fase, a preocupação próxima do Primeiro-Ministro foi a da substituição dos governantes, designadamente procurando coadjuvar elementos do Partido Socialista, a título individual.

De 26 a 29, parece quase concluída a tarefa da formação do Governo, concentrada no recrutamento de elementos independentes de esquerda para os cargos ainda vacantes.

A escusa dos membros do Governo, ex-Mês, além de outras questões surgidas no fim de semana, caracterizaria o tempo que vai de 29 até hoje — tempo esse também assinalado pelo regresso do General Otelo Saraiva de Carvalho da sua visita de uma semana a Cuba.

Três longas semanas na procura dum Governo Perdido?

Marcelo Rebelo de Sousa

1.ª Fase (10-16): Pequena preocupação

Recuando ao início da crise, analisemos os seus sucessivos cambiantes.

A saída dos ministros e secretários de Estado socialistas foi declarada pelo Conselho da Revolução logo depois da divulgação do seu intento de abandonarem as respectivas pastas até à cabanal resolução do caso «República» (argumento que seria depois ampliado à situação política global por Mário Soares, em conferência de imprensa).

Entretanto, o Conselho da Revolução recebia, por intermédio do Presidente da República, uma lista de condições postas pelo

PPD para prosseguir no Governo.

A preocupação do Conselho e do próprio Primeiro-Ministro era, então, pequena:

1.ª — A sucessiva repetição de ameaças do PS de sair do Governo permitia à expectativa de uma permanência, uma vez encetadas novas conversações com o Conselho da Revolução (como já antes sucedera);

2.ª — As condições postas pelo PPD — e,ria-se — poderiam ser parcialmente satisfeitas, pensando-se que, nessas circunstâncias, aquele Partido não abandonaria o Governo;

3.ª — Todo o restante elenco ministerial parecia seguro, pelo que a perturbação gerada se circunscreveria apenas a um número limitado de membros do Governo.

Assim, a mesa-redonda televisiva de dia 11 foi atenuada pelo mais franco optimismo, e o Conselho da Revolução daria clara prioridade à questão de Angola sobre a da composição do Governo Provisório.

No entanto, as conversas de João Martins Pereira, e de Oliveira Baptista com o Primeiro Ministro prenunciavam problemas (a prazo), que deveriam ultrapassar o duo PS-PPD. Assim como a audiência de Costa Gomes com Mário Soares levantara a questão do «vê» da atitude global do PS.

O que é facto, é que nesta fase, nada fazia ainda supor as vicissitudes que viriam a rodear a posição de Vasco Gonçalves e as diligências para constituir novo Governo.

2.ª fase (16-19): A recomposição simples

Consumada — e tudo indica que com certa surpresa para Costa Gomes — a saída do PPD precipita-se a necessidade de encerrar de frente a refundição da equipa governamental. Ao mesmo tempo, aparecem a público notícias de condições postas pelos ex-Mex, falando-se também

da demissão de Silva Lopes e Almeida Santos.

No entanto, a posição do Primeiro-Ministro (ainda não questionada) parece ser a de preferir preencher os lugares «vagos» do IV Governo Provisório a criar «ex-novo» um problemático V Governo.

É nesta fase que surge a ideia de transformar o Governo de coligação num Governo de Unidade Nacional — permanecendo membros dos 4 partidos do anterior elenco, mas a título individual. E sem a saída da equipa do MESA, e sem a saída de seu presidente, o Partido Socialista.

Assim, Vasco Gonçalves contacta o PS e o PPD para a eventualidade de uma scotização formal deste esquema. Sottomayor Cardia e Marcelo Curto, pelo PS e Sá Borges, pelo PPD — consultados os respectivos Partidos — respondiam pela negativa.

A crise agudizava-se e prolongava-se, sem ser visível uma saída que não fosse a de renunciar ao Governo de Unidade Nacional.

É neste contexto que aparece o apelo de Costa Gomes, no fim da tarde de dia 18, que representa a última tentativa de dissuaso dos órgãos nacionais dos PS e do PPD.

Maximera fase seria concluída em clima de grande densidade emocional — com o longo fim de semana «quentes», já,

bém, com o inesperado discurso de Mário Soares na Fonte Luminosa.

Ao pôr em causa o próprio Primeiro-Ministro, mais de uma semana depois do início da crise, Mário Soares entrava num domínio em que só se abriam duas alternativas: — ou a saída de Vasco Gonçalves; — ou a formação de um Governo à esquerda do PS, ou elementos ideologicamente aparentados.

É ainda difícil saber, ao certo, se o Primeiro-Ministro obedeceu a espaladas directivas lançadas pelo PS se a um objecto de curto prazo, se a um de médio prazo.

Com todas as reservas que merece uma «leitura» feita com um limitado horizonte temporal, cremos que o objectivo de Soares era o médio prazo — e que, nessa perspectiva, o leader socialista jogou no pressuposto de que, em qualquer caso, Vasco Gonçalves ficaria. Mas ficaria enfraquecido, sendo patente que — como disse Otelo em Cuba — os seus principais apoios políticos seriam o PCP e o MDP/ICDE.

3.ª Fase (20-26):

A caça aos socialistas

Mas, Vasco Gonçalves revela, perante as confidências, duas qualidades para muitos inesperadas: — uma persistência tenaz na prossecução do seu objetivo de permanecer Primeiro-Ministro, com um novo Governo;

— uma maleabilidade de negociação, marcada por um certo maquiavelismo político.

É preciso, no entanto, não esquecer que, durante estas vistas, contou sempre com o apoio indefectível do PCP, e aliás, com larga soma de meios, os órgãos de informação oficiais na criação de correntes emocionais favoráveis ou desfavoráveis a certas hipóteses políticas e pessoais.

Na fase III, a sua jogada foi a da caça aos militantes socialistas (da ala esquerda); para integrem em nome pessoal, o Governo.

Em boa verdade, a jogada já fora iniciada na fase II, tendo sido Rui Polónia de Sampaio — deputado socialista do Porto — um «precursores nos contactos» com o Primeiro-Ministro.

Mas, é neste período que multiplicam os convites a d.ª d.ª de deputados socialistas — depois de um tempo de espera (e perante a tomada posição rigorosa do seu órgão — o Partido Nacional) — para, cada vez, casando os lugares. Foi, muitas vezes, tão grande a preocupação de contar, com a presença de representantes do PS no Governo. Por vários casos, aos convites não nem sequer era apontado um concreto que tinham preferência na «Fidelidade», e não necessariamente competência — e a ser o teor da mensagem que rece-

biam no instante do convite.

OPPD, nesta fase, encontrava-se totalmente marginalizado da composição do V Governo Provisório.

Já no termo desta fase, e perante o panorama circundante, Vasco Gonçalves começa a analisar um esboço Programa de Governo, elaborado ao que parece, pelo ministro Mário Murtelma.

Deste Programa faz parte integrante, essencial a formação de uma organização unitária de apoio ao Governo (a FUP — ideia que parece ir beber as suas raízes à sugestão lançada, vai para 4 meses, pelo almirante Rómulo Costinho (e então, curiosamente, mal recebida pelos círculos partidários, inclusive o PCP).

Entretanto, desde o encontro de dia 18, que Otelo Saraiva de Carvalho se comprometera a aceitar uma de duas soluções:

— ou a vice-presidência com Vasco Gonçalves, cumulado com Costa Gomes as funções de Presidente da República com as de Primeiro-Ministro;

— ou a vice-presidência, sob a chancela de Vasco Gonçalves, e, neste caso, em paralelo com uma personalidade civil.

Neste estado de espírito, Otelo partia para Cuba.

O civil indigitado de imediato para o outro lugar de Vice-Primeiro-Ministro foi o prof. Teixeira Ribeiro, Rector da Universidade de Coimbra.

Individualidade com uma juventude socialista, manter-se-ia depois sempre numa posição discreta, mas linear, de oposição temperada ao regime anterior; colaborando na reforma fiscal dos anos 50 (a cuja execução apontou vários erros), mas nunca acionando cargos políticos nos quadros do regime fascista.



Otelo Saraiva de Carvalho. Nunca tantos esperaram tanto por um só pala formar um Governo, cujo nascimento foi marcado pelas vicissitudes mais diversas

Também não foi um oposicionista militante, mantendo-se à margem de alguns dos grandes movimentos da Oposição Democrática, o que lhe em levou a conta, da sua postura intelectual reserva. Mas apoiou várias vezes abaixo-assinados e tomadas de posição contra injustiças (designadamente universitárias) do fascismo.

Professor de Economia e Finanças, foi igualmente há várias décadas Professor de Direito Corporativo, e nessa altura não deixou de revelar uma certa posição de interessado num institucionalismo associativista de base (vide a sua extensa bibliografia corporativa, e sobretudo a sua polémica com Marcelo Caetano, então defensor do corporativismo fascista à italiana). Mas essa orientação de fundo institucionalista, naquela época (anos 30 e 40), interessava a vultos de centro e de esquerda, como interessava ainda futuros políticos de esquerda nos anos 50 (pensamos em Franco Pereira de Moura e Adérito Saldas Nunes).

De qualquer forma, nas décadas de 50 e 60, Teixeira Ribeiro nunca foi corporativista, e vai definindo, progressivamente, uma posição ideológica cada vez mais à esquerda.

E, no termo dos anos 60, no seu ensino encontram-se linhas de um pensamento socialista, o que, em muito, é atribuído à influência dos seus assistentes, de formação marxista e intelectualmente elevantes, como Aveles Nunes e Vital Moreira. No fundo, no espaço de 15 anos sucediam-se como seus colaboradores assistentes marxistas e assistentes corporativistas, como João Almeida Garret, ou neo-liberais keynesianos como José Pizarro Beiza (sem que da sua parte tivesse jamais havido discriminação ideológica entre qualquer deles).

Cont. o 25 de Abril de 1974 — e depois de um período ini-

cial de mutismo (em que, inclusivamente, não aceitou ser Ministro da Educação e Cultura). — Teixeira Ribeiro aparece com crescentes tomadas de posição política. Nomeado Reitor da Universidade de Coimbra, desde então esta Universidade e os seus órgãos supremos apoiam sem reservas Vasco Gonçalves, o MEC, e o avanço do processo revolucionário.

Membro do Conselho de Estado, numa fase em que as suas posições são consideradas próximas das do MDP/CDE e (embora não tenha filiação partidária), é o único civil a defender a entrega de poderes legislativos amplos à Junta de Salvação Nacional.

Neste período, em que mantém contactos com o Primeiro-Ministro um elemento essencial de ligação parece avultar: Correia Pinto.

Correia Pinto é actualmente subsecretário de Estado na Presidência do Conselho e, por detrás da ficção apagada do título governativo, é considerado pelos observadores como desempenhando um papel significativo.

Há mesmo quem pense que, na sua tarefa de apoio ao Primeiro-Ministro, terá colaborado na feitura do Documento-Análise apresentado à Assembleia do MFA.

Mas, o que interessa é lembrar que Correia Pinto foi Assente da Faculdade de Direito, de Coimbra até 1969, e pôde então estabelecer laços de amizade com o Prof. Teixeira Ribeiro.

Estrs notas sinécticas sobre o possível novo Vice-Primeiro Ministro aqui ficam a esclarecer uma polémica aberta pelas críticas injustas de Mário Soares e pelos panegíricos ostensivos surgidos de sromto continuos em alguma imprensa oficiosa (por exemplo, ver, Diário de Notícias de ontem).

fase (26-29): Divulgação iminente

De 26 a 29, parecia concluída a formação do novo Governo Provisório. Quotidianamente era anunciada a divulgação desse governo para o dia imediato.

Segurança a permanência dos atuais membros do Governo Provisório, na sua maior parte próximos do almirante Rosa (Cunha), e na convicção de que seria apenas que substituir os titulares das pastas da Justiça, dos Assuntos Sociais, do Equipamento Social e Ambiente e do Ministério Externo (já que a exclusão do Ministério da Coordenação Interterritorial parece inevitável).

O facto de a nomeação de secretários e subsecretários de todo poder ser feita num segundo momento, e de a apresentação do novo Governo ao Conselho da Revolução poder ser adiada pela sua discussão no Parlamento — pareciam simplificar uma crise que passava as suas duas semanas.

Em sentido quando, na sequência da 40ª Assembleia do RFA, Melo Antunes se propõe assumir-se do seu cargo nos Negócios Estrangeiros.

Este novo dado, acrescido da saída de Cravinho e Sampaio, (Oliveira Baptista, recoloca a questão de procurar novos membros de Governo. Isto sucede a espera da chegada de Otelo Saraiva de Carvalho e da reunião de um Conselho de Revolução perante o qual já deveria ser apresentado, pronto, o novo Governo Provisório.

Está-se, portanto, perante o acender da crise do poder.

fase (29-1): Finalmente... um Governo

Chega-se, finalmente (23 dias depois da abertura da crise) à solução final, (se se entender ser solução final a nomeação do Governo Provisório).

Apesar dos boatos, não confirmados, de que, depois do Conselho da Revolução de 30, Costa Gomes assumiria a chefia do Ministério, ficando Vasco Gonçalves em Primeiro-Ministro, o Chefe de Estado, ao partir para Belém, diria: «Posso anunciar ao País que está formada o novo elenco governamental».

Esta afirmação — corroborada pela posição do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves — correspondia à situação genericamente indicada, embora se soubesse haver ainda lugares não preenchidos, e pendentes de respostas a alguns convidados.

Assim, por exemplo, quanto ao



Vasco Gonçalves: Fica Primeiro-Ministro do 'V' Governo Provisório. Foi ganha uma batalha, ou foi ganha a guerra?

Ministério da Agricultura e Pescas, cujo titular poderia ter manifestado o seu desejo de pedir escusa. Apesar de muito instado para ficar.

Se examinarmos as vicissitudes que rodearam cada uma das pastas ministeriais teremos o seguinte quadro:

— os Ministros sem Pasta, na

gestão, sobretudo, se continuasse a dificuldade em encontrar alguém para este cargo. Mas, essa concentração (mesmo aliviada pela nomeação de um secretário de Estado) seria, sempre — outras experiências análogas têm-no demonstrado — uma solução, tal o mundo de problemas que cabem só num Ministério da Indústria.



Mário Murtel: o inspirador da F.U.P.T. Em qualquer caso, um ministro totalmente solidário com Vasco Gonçalves

ordem lógica, das coisas, não têm cabimento num elenco não partidário, em que existem Vice-Primeiros Ministros:

— a posição de Vice-Primeiro-Ministro Teixeira Ribeiro, (que se sabe trazer Projectos no bolso) deverá ser definida, de modo a compatibilizá-la com a de Mário Murtel;

— Este poderia reunir à Coordenação Económica e ao Planeamento, a Indústria e a Tecnolo-

gia (será?) uma solução 'ad hoc' de curta duração;

A ida de Martins Pereira a Vasco Gonçalves — ao contrário do que deram a entender certos órgãos de informação — nada teve a ver com um futuro cargo governativo.

— Mas outras pastas não afectadas, continuariam Silvano Ribeiro (Defesa Nacional), Arnão Metelo (Administração Interna), José Emilio da Silva (Educação e



Teixeira Ribeiro: Um 'Vice-Primeiro-Ministro' em fim de carreira universitária ao que parece, muitos projectos no bolso

Inv. Científica) Costa Martins (Trabalho) — todos militares) — Veiga de Oliveira (Transportes e Comunicações), e José Fragoso (Finanças);

— para o Comércio Externo e Turismo; Domingos Lopes deverá ser o Ministro, tendo sido convidado para Secretário de Estado Cardoso da Silva;

e Cunha, que aceitou, sem dificuldades, o cargo governativo; — os Assuntos Sociais poderiam ser cometidos a António Galhordas (do MDP/CDE), falando-se no Padre Sampaio (FSP) para a Segurança Social; mas não há certezas; — já os Negócios Estrangeiros têm sido um sbico de obras —



Correia Jesuino: Fica, para a Comunicação Social, ou translaça para os Negócios Estrangeiros dando livre expressão ao seu interesse pelo jogo dos blocos-gross-stratégicos?

— o Ministério do Equipamento Social e Ambiente foi assumido, sem problemas, por Oliveira e Sá, que, depois de ter estado em Angola, se encontrava agora na EPAL;

— para a Justiça foi escolhido o Desembargador Rocha



António Rebelo: um dos socialistas que recusou cargo no Governo, mas fê-lo em cima de um arremate de banca do marxismo

Jorge Sampaio não aceitou substituir Melo Antunes.

Depois, Magalhães da Cruz também não aceitou. Conta que o próprio General Moraes e Silva teria sido convidado, e recusado um cargo para que, notoriamente, não se encontra vocacionado. Fala-se em Correia Jesuino, que, assim, poderia realizar sua predilecção. Em várias conversas

— aliás agradáveis — que mantivemos, Correia Jesuino revelou o seu interesse pela política externa. Por outro lado, a matéria da informação externa de Portugal era ponto polémico permanentemente entre o Ministério da Comunicação Social e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, dirigido por Melo Antunes. Mas, também aqui, a indeterminação externa reina;

— Se Correia Jesuino tomasse os Negócios Estrangeiros, ficaria vaga a Comunicação Social, e então o homem que poderia ter «chance» de se tornar ministro seria Ramiro Correia.

Também aqui tem havido sobreposição de competências: entre um MCS, zeloso da sua superintendência informativa e sedento de anexação cultural, e uma 5.ª Divisão — um equilíbrio instável. Tal como a escolha de outro oficial da mesma Divisão.

Outra alternativa seria a consagração ministerial de um dos vultos internos do MCS, tipo Director-Geral.

Epilogo (provisório)

Completada a formação do Governo, vale a pena pensar um pouco acerca daqueles, que saem e do porquê do seu anúncio depois de Hesiniquia. Dessa Hesiniquia para onde partiu Costa Gomes, deixando a substituição (ironia do destino) um não-triunfo.

O deferir da divulgação oficial do V Governo pode ter como causa exclusiva o atraso do seu apontar, ou ainda o desejo de o não transformar, no leitmotiv (examinado à lupa) de Hesiniquia.

Sabe-se, aliás, do carácter intenso dos recentes contactos diplomáticos Washington-Lisboa e Moscovo-Lisboa.

Quanto aos chamados cessantes, neles se destacam Melo Antunes e os ex-Mes (para além, claro, dos membros do PS, e do PPD, cuja posição já é sobejamente conhecida).

Que pensam fazer, no futuro, como grupo os ex-Mes. Entusiasmados, primeiro, com a ideia de formarem um novo Partido, abandonaram depois a ideia para se converterem no pessoal político disponível de várias instâncias do MFA.

Agora que a sua saída (com força) lhes dá dividendos, tentam esperar nas antecâmara ministeriais, ou ganhar distri-



Melo Antunes: Quem beneficia com a sua saída? E por quanto tempo?

cias para poderem formar um agrupamento com personalidade ideológica?

E, Melo Antunes?

Que tentaria fazer um dos principais contribuintes para o Programa do MFA, que se apresentou como candidato da CDE em 1969 (precisamente o único militar do quadro que, então, se propôs arrotar com os condicionamentos eleitorais levantados pelo regime fascista)?

Significará esta sua saída dos Negócios Estrangeiros (foi convidado, aliás, ao que parece, para a Coordenação Interterritorial) um afastamento notório do processo em curso, ou um limitar temporário, às funções no Conselho da Revolução?

Em qualquer caso, face a um iminente V Governo Provisório, o essencial — parece-nos — não é o elenco de homens que o compõe, mas questão ideológica que lhe serve de substrato.

Como dissemos há uma semana, a questão de escolha entre duas alternativas ideológicas encontra-se no cerne do acesso e exercício do poder político.

Questão que não pára no Governo Provisório — se prolonga até mil e um outros domínios, da Constituinte à actividade económica e social do sector público, e até à política de informação.

Questão que não vive isoladamente do contexto de luta de poderes à escala universal.

Questão que nos recordou a citação de José Estaline. Apesar de, em Portugal, em 1975, não haver Soviética eleito, e o Governo Provisório nascer e viver sem dependência da Duma (Constituinte).

O que interessa não é o paralelismo (ou não) das formas externas, é a natureza da opção ideológica (para os marxistas opção de classe) que está na base da actual encruzilhada política.

A não opção de um V Governo torná-lo-ia a véspera curta do VI.

A opção programática — qualquer que seja o seu sentido — será tentada pela realidade portuguesa e internacional. Sobre tudo pela realidade portuguesa.

Advogados de José Diogo desmentem

NEGRANDO uma notícia publicada pelo JORNAL de ontem, que consideram taxativa, os advogados de defesa de José Diogo (ver entrevista na pág. 17) contrapõem que a defesa apresentou um requerimento mais atencioso a 25 de Julho — data marcada para o julgamento em Tomar — no sentido de que o deslaminamento do processo para Tomar fosse anulado e que o réu viesse a ser julgado em Lisboa ou em Castelo Verde, onde os acontecimentos se produziram, aguardando enquanto José Diogo pelo pagamento em liberdade. O escamoteamento da lista de crimes daquele documento na notícia do JORNAL altera, por completo, segundo os advogados, o significado político do caso. Com efeito, "se agora dar resposta a esse requerimento é ter-se-á de dar ainda legalidade ao tribunal burguês e fazer parecer que a defesa, mesmo depois de reusado o tribunal popular em Tomar, ainda continua a fazer requerimentos no processo burguês", consideram a defesa de José Diogo.

A O.U.A. e a situação angolana

Os Chefes de Estado africanos presentes à 12.ª Conferência da O.U.A. em Kampala (Uganda), convocada pelo Botswana, Tanzânia e Zâmbia, resolveram limitar as autoridades de Lisboa as suas responsabilidades relativamente a Angola, enquanto o território não ascender à independência.

O general Mobutu não conseguiu que na conferência prevalecesse o princípio da autodeterminação, enquanto o seu ministro dos Negócios Estrangeiros vê gerada a sua intenção de que o conselho condenasse formalmente Portugal. No entanto, o presidente da FLEC — Frente de Libertação de Cabinda — anunciou a independência «teórica» do enclave, mas-grado o Conselho de Ministros da O.U.A. se ter recusado a servi-lo.

Operações clínicas adiadas devido a falta de sangue

DURANTE a semana, que decorreu de 21 a 27 do passado mês de Julho, atingiu 421 o número de operações clínicas adiadas e doentes cujos tratamentos foram atrasados por falta de sangue nos três principais centros urbanos do país (Lisboa 387, Porto 19 e Coimbra 15). Os referidos números fornecidos pelo Instituto Nacional de Sangue, são completados pelos referentes a outras rubricas das quais destacamos as reservas médias diárias existentes (Lisboa 73,2 litros, Porto 27,5 litros, Coimbra 29 litros, num total de 129,7 litros).

Dos números apresentados ressalta o facto de, tendo havido em Lisboa, uma reserva diária média de 73,2 litros de sangue, se ter verificado no período em causa, o adiamento de operações ou simples tratamentos num total de 387. No entanto o caso explica-se pelo facto de o saque em depósito não corresponder ao grupo sanguíneo do doente necessitado, além de que, cada hospital, deverá manter uma reserva pronta a tender os casos urgentes.

Os números apresentados referem-se aos seguintes estabelecimentos hospitalares: em Lisboa, Hospitais Cívica, Santa Maria, Maternidade Alfredo da Costa, Instituto Português de Oncologia e Hospital Egas Moniz; no Porto, Hospital de Santo António; em Coimbra, Hospitais da Universidade de Coimbra e Centro Hospitalar de Coimbra.

PARA BREVE «A LUTA»

SAIRÁ dentro de 15 dias um novo vespertino — «A Luta», dirigido por Raul Rego, e reunido os jornalistas do «República».

A crise não superada

SEGUNDO DECLARAÇÕES do Presidente da República à partida para Helsinquia, a composição do novo Governo Provisório será hoje conhecida (ver notícia, pág. 1). Para além das vicissitudes que se foram verificando durante a longa crise iniciada pela saída do Partido Socialista do Governo (ver análise, págs. 2 e 3), o que interessa agora saber é se, pela tomada de posse do V Governo Provisório, a crise está mesmo superada.

A RESPOSTA PARECE SER NEGATIVA

Observe-se, antes de mais, que, apesar do calor e das férias, a atmosfera política continua carregada. Sucodem-se os assaltos a sedes do Partido Comunista e de outras organizações, há Câmaras ocupadas e Comissões Administrativas derrubadas, PS e PPD persistem na sua ofensiva verbal, criticando o rumo tomado pela revolução, dissociando-se das responsabilidades assumidas pelo MFA e pondo em causa determinadas personalidades, nomeadamente o general Vasco Gonçalves. Por outro lado, nota-se um endurecimento de tom por parte de alguns dos chefes militares e de partidos de extrema esquerda (lembrem-se, em contraste singular com as palavras de Costa Gomes na abertura da Assembleia do MFA, o discurso do Primeiro Ministro no domingo ou as declarações de Otelo de Carvalho, no regresso de Cuba, bem como comunicados ou tomadas de posição da UDP, do PRP-BR, etc.). Entretanto, o Conselho da Revolução teve mais uma reunião considerada decisiva da qual resultou um comunicado que, embora recuperando para o órgão supremo da soberania algumas das atribuições que a Assembleia do MFA parecia hayer querido retirar-lhe, demonstra de novo a extraordinária habilidade dos portugueses para as soluções de compromisso.

Na verdade, mais uma vez se tentou conciliar para efeito externo o que em si dificilmente se afigura conciliável. Por erro ou ingenuidade de uns, cobardia ou ambição de outros, o país está a tornar-se cada vez mais dicotómico. Quem não é por mim é contra mim, diz-se dos dois lados, desprezando-se os perigos das posições irredutíveis, sobretudo em épocas de emergência como a actual, e dando margem a que a reacção, a verdadeira, se organize, enquanto esfrega as mãos satisfeita com o mal estar social e económico que os sucessivos impasses vão provocando.

De compromisso em compromisso, de adiamento em adiamento, vão-se cavando fossos, vai-se tornando cada vez mais difícil o entendimento entre as diversas facções, vai sendo impossível conseguir que as pessoas colaborem numa obra comum sem prejuízo das diferentes ideologias que professam. Dal a já haver muito boa gente que pense nada poder resolver-se sem um confronto armado entre os portugueses (conflito cuja extensão varia, segundo os defensores desta tese, entre a guerra civil e as meras escaramuças entre algumas unidades) vai uma curta distância. E da defesa de posições teóricas deste tipo à passagem aos actos poderia mediar uma distância (e um tempo) ainda mais curto; o que seria muito grave.

De tudo isto se apercebeu o mundo, numa fase em que as super-potências buscam novos modos de convivência (ver págs. 1 e 16). Em Helsinquia, o caso português estava na ordem do dia e o general Costa Gomes deve ter, mais uma vez compreendido a sua importância em termos internacionais. Poderá argumentar-se — e provavelmente com muita razão — com os imperialismos, mas terá de ter-se o realismo suficiente para saber enquadrar os seus interesses nos desígnios de países mais fortes do que nós.

Para isso, é preciso que os portugueses se entendam. E, para que os portugueses se entendam, é indispensável que quem detem o poder não se embriague com ele nem o ponha ao serviço de esquemas inaplicáveis ou mal aceites, e o utilize para corresponder aos desejos reais do povo a cujos destinos preside.

Se isso ainda for possível, a crise passará e a revolução, o 25 de Abril (por que se falará outra vez tanto do Programa do MFA?) triunfarão. Na hipótese contrária, o povo e a História se encarregarão de condenar os responsáveis.

ROSA, Eduardo Ferraz da

A açorianidade regressiva

Eduardo Ferraz da Rosa

«A apatridade reside no abandono (...). Ela é o sinal do esquecimento (...).»
Martín Heidegger

NESTE BREVE (necessariamente) e compacto (ou quase) artigo, tentaremos vislumbrar a problemática separatista, sob a focagem problematizadora daquilo a que, por comodidade, chamaremos de apatridade regressiva.

Entenderemos a açorianidade como a disposição geo-vivencial que caracteriza e caracterizará sempre, para lá da conjuntura política, a dinâmica social do povo açoriano.

Chamar-lhe-emos também de regressiva, no sentido não propriamente de um regresso ósmico às origens (porque e nesse caso, quais seriam elas se não as comuns?) mas, no sentido de um regresso (lamentável) à nossa lusitana e fatal tentação de menorismo demissivo (e substancial) de poder.

Efectivamente, o risco representado para uma estrutura neológica desmontada e/ou dependente, por uma corrida desagregadora (porque impreparada-amorfa) até um espaço-limite de assumpção de poder (política), descamba facilmente (através de um mecanismo de tipo

feed-back), numa refracção desmobilizadora face mesmo a um projecto (político) de alcance médio.

Este primeiro ponto abrir-nos-ia a discussão sobre as vias legítimas de uma politização conscientizadora. O curso do processo revolucionário apareceria, assim, democraticamente justificado e entravado.

Seria de referir que a via a seguir ou assumida a sua precaução ou torção (e/ou quase num nihilismo prometeico — eventualmente — de raiz pretoriana) — a porta-limite de um estatismo civilizacional ou, pelo menos, histórico e nacional.

(Com isto será que a «epi-História» sua poderia vir a fundar?)

Não daremos, nem daríamos a resposta. Mas diremos que, para isso vir a acontecer será necessário: há ter sido posto o germe valioso de uma superação dialéctica. Da sua própria superação. E, presentemente não vemos que isso já tenha sido, radicalmente, feito.

Assim, estas ideias, extra-remos mais propriamente na problemática açórica.

Om, inos? Açores onde, no dizer de Vitorino Nemésio so mar, e não só conduto terreal, como conduto amónico, exacerba-se a demissão ontológica

face a qualquer esquema des-naturalizador, mesmo que humano.

A circunstancialidade vulcânica e atlântica impondo, para além de outras, uma religiosidade muitíssimo específica, inclui grandemente nessa demissão.

Para o açoriano, pois, o político terá de subordinar-se-lhe.

E com isto afirmamos, de novo, o problema da «des-alienação», se bem que, não julgamos de modo nenhum que «se se restrinja à religiosidade». Mas, achamos também que será errado partir da premissa simplista que entende a religiosidade (e tudo o que ela implica) como uma mera superestrutura adentro de uma determinada etapa dos modos de produção. O caso açoriano mostra-o e julga-o.

O mecanismo lógico funciona, entre os açorianos (e nesta particular situação), como um exemplo flagrante da estrutura emotiva, tal como a viu Sartre em um Esboço De Uma Teoria Das Emoções.

«A falta de poder evitar o perigo pelas vias normais e por encadeamentos deterministas, limitai-me a negá-lo. Quis aniquilá-lo. A urgência do perigo serviu de motivo para o aparecimento duma intencção aniquilante que comandou uma conduta mágica. Desta maneira, aniquilá-lo, na medida em que esse

aniquilamento estava ao meu alcance. São esses os limites da minha acção mágica sobre o mundo. Posso suprimi-lo como objecto da consciência, mas só o posso fazer suprimindo a própria consciência, ou pelo menos modificando-a.»

Interprete-se o fenómeno separatista adaptando esta estrutura emotiva à reacção apátrida.

Creemos que o problema pode ver-se sob o prisma de uma «adolescência» política, muito coisa de aventura (independência?), (e de sexo?), activada imitativamente pelo processo de transferência de poder (satisfação orgânica?), realizado com a descolocização.

A consciência nacional, vacila. O patriotismo (tal como o forjou Salazar, «de maneira a que se seja patriota por necessidade, quando não por disciplina ou virtudes»), aparece descahalizado, sem um ideal sensível como substituto (não basta a vagueza «continental» da reconstrução nacional) e, assim, o vazio criado só pode ser substituído por uma evasão (des-recolocadora?): rumo a «uma nova Pátria, rumo ao (a um) Novo Mundo...»

Os laços de sangue, umbilicando os Açores às colónias portuguesas e açorianas das Américas, trazem a tônica final.

O separatismo aparece enfim

como um acto desesperado: «Quando estamos num estado de tensão elevado e não podemos por isso encontrar a solução delicada e precisa dum problema, actuamos sobre nós mesmos; inferiorizamos-nos e transformamo-nos num ser tal que, para ele passam a ser suficientes as soluções grosseiras e menos adaptadas (como por exemplo rasgar a folha onde está escrito o enunciado do problema)» (Sartre, op. cit., «sublinhádos, nossos»).

«Veja-se (quem não viu?) o enunciado do problema no processo político português e tudo se aclara...»

Finalizaremos.

A solução do problema separatista parece-nos dever ser procurada, tendo em conta (entre outras):

1. Uma proposta real e limpa de um projecto de democracia efectiva.

2. Uma dedicação visível ao problema açoriano e à sua especificidade.

3. Adopção de medidas tendentes a preencher o vácuo estrutural e ontológico criado pela activação-dos conflitos de classe, nos sectores onde eles não têm imediato fundamento objectivo (e muito menos, subjectivo). Este preenchimento, escusado será dizê-lo (ou não?) não deve nunca ser o de uma decapitação popular, mas sim a procura lúcida

de uma superação. De uma síntese superior e mais humanizada. Essa superação partirá de um entendimento correcto das tarefas prioritárias: a nível económico, político e cultural.

A abordagem política nos Açores terá de ter em conta (sob pena de fracasso total) a característica das relações e do modo de produção dominantes na estrutura global da sociedade açoriana. Isto é, o entendimento correcto do papel das «pequenas-burguesias» e fundamentais.

«Cinamos Lukács: «A pequena burguesia como «classe de transição na qual os interesses das duas classes (burguesia e proletariado) se atenuam reciprocamente» vai sentir-se «por cima da oposição de classes em geral»» (Leiam-se, para confirmar, os manifestos separatistas e a sua velada referência às tensões sociais no Continente, que, aqui «não se justificariam»...)

Finalizamos.

Que este artigo possa servir para um alerter consciencioso e político do problema, são, sinceramente os nossos votos.

O tempo já vai tardando. E as revoltas (todas elas) cresem, tal como a Justiça o pode e deve fazer, dentro do Tempo.

O domínio teleológico é o que se exige. É a inteligência. Praia da Vitória. Junho 1975.

LOURENÇO

EDUARDO SEMANA, Eduardo Lourenço — cujas análises registadas sobre o MFA e a situação política, se opõem lealmente recordando — fala hoje da identificação freudiana Portugal com África, e dá hoje sua reafirmação da mais e a identificação do MFA com os movimentos de libertação, na sua opinião, podendo concluir: RUI OLIVEIRA, médico que, desde a Universidade tem participado no combate anticancer, alinha essas reflexões acerca do que entende por educação médica e estatua por vezes uma Associação.

EDUARDO FERREAZ DA ROSA fala, numa linguagem que trata leituras de Simão Almeida, sobre os frâncos africanos, considerando que só tendo-se em conta a profun- e especificidade desta, se pode partir para uma análise do conflito existencial.

A africanização: Portugal, escravo dos ex-escravos?

Eduardo Lourenço

«Há pessoas que dizem que optaram pelo socialismo, mas não fazem bem ideia do que está a dizer nesse momento. Vasco Gonçalves, 27-7-75

TOMAR a África como modelo de regeneração histórica, ideológica, política de carácter revolucionário, não lembrava ao diabo. Mas lembrou a alguns filhos da primeira e última nação colonizadora da Europa que por conta dela resolveram pagar de uma assentada, e com juras, o pecado original de toda a civilização moderna. A primeira vista, este espantoso efeito de «boom» é tão insólito, ou tão aberrante, que parece escapar a todos os esquemas conhecidos de hermenêutica histórica. Talvez uma adequada mistura de marxismo e de freudismo nos ajudem a ver claro neste processo obscuro. A Marx se deve a observação pertinente — de hegeliana referência, de que os povos que escravizavam outros se tornam escravos dos escravos.

Mas o caso que nos ocupa — o nosso — ultrapassa a universalidade genérica desta constatação. A psicanálise histórica — e até a outra — permitem descer mais concretamente no laboratório da aventura portuguesa, aventura sem precedentes, de fascinação total por um inimigo da véspera convertido em mediador para a nossa própria salvação. Não deve ser em vão que se fala em magia africana. Até anti-colonialistas militantes como Castro Soromenho sofreram em dada fase do seu itinerário o império dessa famosa magia negra. Um dos seus caracteres essenciais consiste na apropriação da força simbólica do inimigo, devorando-o, integrando-o em si. Tudo se passa como se o nosso Exército com missão colonialista e imperialista, colocado diante de um obstáculo insuperável — talvez menos em termos militares do que políticos — tivesse deci-

didado, para o contornar, assimilar a energia do adversário. Simplesmente, no caso das rebeliões africanas a favor das diversas independências nacionais, essa «magia» tinha um conteúdo visível, concreto, dinâmico, insubornável: chamava-se povo. Os sucessos do PAIGC ou da Frelimo assentam nessa consubstanciação entre a vontade de uma vanguarda e a vontade popular. A descoberta desta evidência foi para as nossas Forças Armadas, bloqueadas estrategicamente, e finalmente, «na revelação». A partir daí tudo foi consequência. Na impossibilidade manifesta de devorar o inimigo assimilou-se a ele, africanizou-se: nos métodos de combate, primeiro, na estratégia ideológica em seguida. Esta conversão teve duas consequências simétricas, mas de modo nenhum complementares. A primeira foi a da renúncia espectacular, originalíssima, e pouco conhecida na história, de pôr fim a uma cruzada colonialista arcaica e imperante. A segunda, é de transparência o interior da própria nação colonizadora, subitamente anti-colonialista, um projecto que fora justamente pensado numa perspectiva de colonialismo extremo, mas que ao falar muda de conteúdo sem mudar de forma.

A dinamização cultural: compensação do insucesso africano?

Tal é a ideologia da dinamização cultural, com as suas operações «nordistas» ou qualquer outro ponto cardinal, as quais, independentemente dos méritos ou deméritos próprios, supõem que Portugal é uma nova África a «civilizar» segundo um código inverso do da antiga cruzada africana, mas com moldes similares. Na medida em que Portugal é África (e na comum huma-

nidade de ambos alguma similitude tem de existir) a africanização do projecto revolucionário português pode justificar-se, mas é claro, para os olhos dos dois olhos, que a história acumulada entre ambas estruturas, malgrado soma de diferenças do que parecem ser, é a mesma. A africanização não é pois, e apenas, um esquema neutro de consciencialização, e reapetramento sócio-cultural da população portuguesa mais desmuniada, mas uma «cruzada» ideológica que tem as suas raízes na experiência africana gerada. Quer dizer, tudo se passa como se, inconscientemente, as Forças Armadas quisessem compensar em Portugal o insucesso africano. Outros, que não nós, diriam, mesmo, maldoosamente, que tudo se passa como se as Forças Armadas se esquecessem, para Portugal converterem em África, da África que não podem esquecer.

A lógica interna desta africanização ideológica traduziu-se na recente promoção do MFA a «Movimento de Libertação Nacional». Esta auto-consecração parece-nos menos infeliz do que inadequada. Para os portugueses conscientes do que devem aos libertadores do 25 de Abril, o novo título é pleonástico em sentido próprio. Se alguma coisa foi, o MFA foi desde o início «movimento de libertação nacional», mas não no sentido absoluto nem justificado que agora se lhe pretende dar. Antes de mais, e acima de tudo, as Forças Armadas auto-libertaram-se, recusando, enfim, o seu papel semi-centenário de pilar do antigo regime e ferro de lança da «luta colonialista». O movimento de libertação não liberaram um povo, suplantando dois regimes por dois regimes totalmente responsáveis por eles. A esse título, pois, as Forças Armadas foram, não e mereceram ser, movimento de libertação e, sobretudo, de auto-libertação. Mas sempre que o novo organismo se intrinseca, como vivamente se pretende, na galeria

revolucionária dos autênticos movimentos de libertação nacional como foram o FLN argelino, o FNL vietnamita, o PAIGC, o Frelimo ou mesmo o movimento castrista, é um abuso de confusões e uma opção de nefastas consequências. O «MFA Tot» deve ser outra coisa, acaso mais original até que esses movimentos de clássica libertação nacional e natural. De movimentos de libertação nacional, mais ou menos militares ou militarizados, está a «História» cheia. Está o menos, de forças armadas que ultrapassam e não têm o carácter tendencialmente «epitafial» (existente igualmente nos «golpes» do 25 de Abril) para se converterem em instrumento revolucionário em sentido próprio. Esta é a originalidade do MFA, originalidade tão incomum que nada espanta vê-la convertida em fonte de perplexidade de história de novo feição e de dificuldades histórico-políticas ainda não superáveis (se é que possam ser superáveis); como é do domínio público.

Não é impensável que as Forças Armadas operem conversões do género da nossa. Passar do estatuto fidejussor mas subjectivamente vivido como efectivo, do apolitismo anterior ao 25 de Abril ao revolucionarismo posterior e uma operação fácil para indivíduos ou grupos políticos tradicionais, mas uma aventura traumática; sem limites definidos, para uma «instituição» tão complexa e tão intrinsecamente nacional como as Forças Armadas, é uma certa indefinição, — o que a custo se tenta salvaguardar com o conceito de «partidarismo» — e consen-tida com um Exército não só revolucionário, mas que se outorga a definição da forma e do conteúdo da Revolução. Houve um momento — o inicial — em que o Exército se viu como um elemento, embora capital, dessa definição, em princípio devoluta à Nação inteira libertada. Mas não durou muito, embora a exi-

gência que nesse neutralismo revolucionário do início se continha, continue actuando, obscurecendo o processo ou acaso impedindo-o da catástrofe sem regresso de um Exército-vanguarda revolucionária no sentido em que este ou aquele partido político, historicamente constituído, o pretendem ser. Ora é exactamente no intervalo entre o mítico **apartidarismo** (o cultivado e assumida indefinição revolucionária) e o **vanguardismo revolucionário** que se insere e actua o esquema africanista, o único que introduz alguma coerência ao nível ideológico mítico que condiciona e serve de guia ao programa) instável do MFA. Dese «africanismos», fazem parte intrínseca uma identificação quase orgânica (vanguarda libertadora e das massas africanas) (põe-se o desafio à realidade para só referir uma ficção que acaba por se tornar real, como Samora Machel está mostrando) e uma constatação com a vontade nacional enquanto exigência radical de independência histórica.

Infelizmente (ou antes, felizmente) este esquema «africanista» não se adequa de maneira nenhuma à nossa própria realidade nacional, a não ser em termos de metáfora política de desastrosas e incalculáveis consequências. Só em termos metafóricos, a nação velha de oito séculos e quase organicamente dominadora na medida das nossas fracas forças... que fomos, se pode colocar imaginariamente no lugar impositivo das Guinés, dos

Moçambiques ou das Angólas que contra nós se levantaram para, existir ou de uma Cuba, com um passivo colonial (espanhol e norte-americano) indezível. Da nossa parte um tal assimilationismo só pode ter leitura psicanalítica, só pode querer significar tentativa de **braseamento simbólico**, por identificação com as nossas vítimas. De certo, o povo português foi colectivamente vítima (em segundo grau) do passado longínquo ou recente do sistema colonialista-capitalista, mas isso não é suficiente para fornecer ao sub-consciente nacional um **adversário histórico concreto** que justifique a luta pela nossa auto-libertação, como luta pela **independência nacional** em sentido próprio. A coacção ou a dependência intolerável da nossa realidade económica dos centros de decisão do capitalismo mundial é um facto que necessita ser diluído ou superado, mas há uma distorção gritante entre um facto e o tipo de consciencialização adequado à vivência e à exigência da luta pela **existência nacional**. Os portugueses não se sentem, nesse sentido, **friccionados psicologicamente em perigo**, nem sequer podem visualizar com algum fundamento o peso abusivo, brutal, de qualquer potência estrangeira possível. Só instituído **adversários míticos** é possível conceber e traduzir a nossa actual luta ideológico-económica em termos capazes de mobilizar o nosso instinto patriótico. Talvez a existência de um separatismo dos Açores

fomentado pelos Estados Unidos pudesse fornecer motivo válido para mobilizar esse instinto. Mas era preciso que existisse, com a dimensão fatiçosa que uma certa imprensa pouco informada ou pouco inocente lhe desejaria atribuir. Por enquanto, a generalidade dos portugueses não percebe nem os Estados Unidos nem a Europa Ocidental como esse **adversário tangível** capaz de justificar a sério a temática da **independência nacional**, e por consequência, a conversão do MFA em «movimento de libertação nacional». Fomos nós os Estados Unidos dos povos da Guiné, de Angola e de Moçambique e não é possível, nem a brincar, inventarmos-nos agora Cubas em que ninguém (no Ocidente, pelo menos) parece estar particularmente interessado em nos converter. Mas tão poderosa é a lógica interna do «africanização», tão obscuros são os imperativos que a puseram em marcha, que preferimos essa hipótese que nos vítimas a baixa prelo àquele que corresponde à nossa autêntica situação de nação europeia subitamente obrigada a encarnar-se com o que realmente vale e é.

Inútil fingir que somos ou estamos em África

A «africanização» ideológico-política em curso (cuja cartaz de nobreza se encontram no Boletim das Forças Armadas e em especial no número estético consagrado à independência de Mo-

(cambique), mais grado o seu carácter ofensivo, berrante e folclórico, nada tem de positivo. É uma expressão insofismável de derrotismo, uma forma do pessimismo nacional, por mais paradoxal que a afirmação pareça. Como o célebre Barão de Münchhausen nós metemos a cabeça debaixo de água para não nos molharmos, quer dizer, para não encarar de frente a situação, na verdade difícil mas não insuperável, de nação exploradora que se vê forçada a reconverter o seu projecto histórico. Oferecermo-nos imaginariamente um destino africano de vítimas promovidas ao papel de regeneradores do universo, deslocamo-nos para esse espaço histórico e ideológico mítico reafirmado pelas figuras de Amílcar Cabral ou Samora Machel é a maneira de fugir ao nosso destino europeu, de o transfigurar, de o adaptar ao pânico íntimo que nos causam os problemas concretos e urgentes que em termos europeus ou herdados da tradição europeia, onde estamos imersos e submersos, devemos resolver. É inútil fingir que somos ou estamos em África. Tudo seria mais fácil — nem certo sentido — se assim fosse. Então o verbo encantatório de um Samora Machel poderia pôr em marcha, sem esforço, as máquinas que lá não há ou unificar, num gesto de planificação automática, milhões de hecctares que nunca pertenceram ao povo que agora os descobre como seus e colectivamente. Não é desta simplicidade o tecido complexo e ulcerado do velho Portugal, nem sobretudo relevam desta inocência de sonho africano os homens

e as mulheres do nosso país, inseridos numa trama de concêlhos, gastos, cultura, ideologia, opções políticas e religiosas, experiência científica, de antiga e delicadíssima textura. Só uma instituição por excelência simplificada como a instituição militar (e pouco importam aqui as excepções individuais) poderia ser tentada a inspirar-se em exemplos de tal simplicidade histórico-cultural. Como tudo seria óbvio, como o ideal da democracia directa de braço erguido seria plausível se fôssemos essa mágia África que não somos.

Já é tempo de pormos termo ao pasco-drama de raiz africanista em que todos participámos ou participamos para exorcizar os demónios de uma aventura histórica mal terminada com a aparência de bem terminada e vice-versa.

O socialismo africano a que as nossas folhas, inconscientemente colonialistas e ainda paternalistas, fazem louvores, senão absurdos pelo menos inadequados, não pode nem poderá ser nunca o nosso. Nós temos de construir o socialismo adulto e crítico, o socialismo nascido da superação efectiva (e não da simples liquidação por grosso) do capitalismo europeu em que estivermos (e em parte continuamos) integrados, com a sua estrutura social diversificada, as suas necessidades e imperativos multiformes, as suas exigências refinadas. Em suma, já é tempo de perder de vista a África mítica, antes que ela nos perca. Até porque, se não arrepiarmos caminho, acabaremos por ser realmente a África que não somos.